

RESOLUÇÃO	OBJETO	LINK
14/2006	Dispõe sobre Regras Gerais Regulamentares para o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-0141.pdf
23/2007	Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-0231.pdf
27/2008	Disciplina a vedação do exercício da advocacia por parte dos servidores do Ministério Público dos Estados e da União.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-027.pdf
40/2009	Regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público e dá outras providências.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-0401.pdf
56/2010	Dispõe sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-0561.pdf
67/2011	Dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-0671_Vers%C3%A3o_atualizada.pdf
89/2012	Regulamenta a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados e dá outras providências.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-0891.pdf
93/2013	Dispõe sobre a atuação do Ministério Público nos programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-093.pdf
118/2014	Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e dá outras providências.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-118.pdf
129/2015	Estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-129-1.pdf
135/2016	Institui o Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-1351.pdf
170/2017	Dispõe sobre a reserva aos negros do mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, bem como de ingresso na carreira de membros dos órgãos enumerados no art. 128, incisos I e II, da Constituição Federal.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-170.pdf
183/2018	Altera os artigos 1º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 13, 15, 16, 18, 19 e 21 da Resolução 181, de 7 de agosto de 2017, que dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-183.pdf
199/2019	Institui e regulamenta o uso de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares para comunicação de atos processuais no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-199.pdf
210/2020	Uniformiza, no âmbito do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos dos Estados, medidas de prevenção à propagação do contágio pelo novo Coronavírus (Covid-19) e de resguardo à continuidade do serviço público prestado nas unidades e ramos ministeriais no país.	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-210-2020-uniformizao-de-providncias-covid.pdf